

# COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

## PROJETO DE LEI Nº 304, DE 2015

Altera os artigos 3º, 24, 26 e 36, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que institui nos currículos escolares do ensino fundamental, conhecimento sobre língua, usos, costumes e a cultura dos povos e comunidades tradicionais e minorias étnicas formadores dos povos brasileiro.

**Autor:** Deputado VALMIR ASSUNÇÃO

**Relatora:** Deputada ROSANGELA GOMES

### I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, do Deputado Valmir Assunção, visa alterar a Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), para obrigar o estudo dos saberes, culturas e tradições dos povos e comunidades tradicionais nos currículos da educação básica. Para tanto, propõe alterar os arts. 3º, 24, 26 e 36 da LDB.

O autor argumenta que a medida contribui para combater o racismo e todas as formas de discriminação.

A matéria tramita sob rito ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva, conforme o artigo 24, II, do Regimento Interno. Será analisada pelas Comissões de Direitos Humanos e Minorias; Educação; Constituição e Justiça e Cidadania. Não recebeu emendas no prazo regimental.

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

Saudamos a proposta do ilustre Deputado Valmir Assunção. Ele resgata o Projeto de Lei nº 1.408, de 2011, do Deputado Padre Ton, que recebeu por duas vezes parecer nesta CDHM, nas relatorias da Deputada Rosinha da Adefal e Deputado Pastor Eurico. Os pareceres não chegaram a ser apreciados pelo plenário e o projeto foi arquivado ao fim da legislatura passada, nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O parecer apresentado pela Deputada Rosinha da Adefal contempla plenamente nosso entendimento sobre o mérito da matéria, razão pela qual decidimos reproduzir parcialmente o voto apresentado em 05/10/2011:

*“A Constituição de 1988 representou, pelo menos em nível formal, um avanço considerável ao elevar à categoria de direitos humanos os direitos culturais, expresso no art. 215 e de consagrar o princípio da Diversidade Cultural. Reconhece-se, portanto, que uma das características marcantes de nossa cultura é a riqueza de sua diversidade, resultado de um longo processo de miscigenação racial e hibridação cultural, com a presença de diferentes matrizes étnicas (indígena, europeia e africana), que contribuíram para a formação da nação brasileira.*

*O reconhecimento de nossa diversidade cultural está também assegurado em vários dispositivos constitucionais, entre os quais podemos destacar:*

- 1) O Estado tem a obrigação de proteger as manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras, bem como de outros grupos sociais participantes do processo civilizatório nacional (art. 215, § 1º).*
- 2) A lei deve dispor sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais (art. 215, § 2º).*
- 3) O legislador reconhece as comunidades indígenas, sua organização social, seus costumes, suas línguas, suas crenças e tradições, enfim, sua cultura (art. 231).*
- 4) O Estado reconhece aos remanescentes das comunidades dos*

*quilombos, que estejam ocupando suas terras, o direito de propriedade, cabendo-lhes o dever de emitir-lhes os títulos respectivos (art. 68 do ADCT).*

*5) O Poder Público tombou todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (art. 216, § 5º).*

*Neste sentido, já existe, por parte do próprio Poder Público, uma consciência de se construir uma memória nacional representativa de todos os segmentos que contribuíram para o processo civilizatório nacional e de valorização das manifestações culturais populares e aquelas ligadas aos segmentos indígena e afro-brasileiro, bem como dos imigrantes que aqui aportaram a partir de meados do século XIX e deixaram fortes marcas em nossa cultura.*

*A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº 9.394, de 1996, reforçando o art. 242, § 1º, da Constituição Federal, determina, em seu art. 26, § 4º, que **“O ensino de História do Brasil deverá levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”**. Mais recentemente, o governo brasileiro encampou com a edição da Lei nº 10.639, de 2003, importante reivindicação do movimento negro organizado em nosso País, ao introduzir, na referida Lei, a obrigatoriedade do estudo de temas relacionados à História da África e da cultura afro-brasileira no currículo da educação básica.*

*A proposição legislativa em pauta vai também nessa mesma direção e amplia o universo dos grupos sociais e étnicos que deverão ser objeto de estudo no currículo escolar da educação básica. Neste sentido, o estudo referente à língua, aos usos e costumes e à cultura dos povos e comunidades tradicionais e minorias étnicas formadoras do povo brasileiro contribui com o princípio constitucional da diversidade cultural, fazendo com que nossas crianças, adolescentes e jovens tenham condições de se apropriar desse conhecimento indispensável à formação da cidadania.”*

Caberá à Comissão de Educação apreciar a proposta no que tange aos aspectos relacionados à inclusão da temática em currículos escolares, e a adequação da medida ao ordenamento jurídico da educação brasileira.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do projeto de lei nº 304, de 2015.

Sala da Comissão, em            de            de 2015.

**Deputada ROSANGELA GOMES**

Relatora